

Conselho Federal de Medicina pede a proibição do uso de PMMA (polimetilmetacrilato) em procedimentos estéticos. A substância pode deixar sequelas permanentes e até levar à morte

POR ANA MILETTI*

A demanda por procedimentos vendidos como minimamente invasivos, com rápida recuperação, preços mais acessíveis e bons resultados aumentou consideravelmente nos últimos anos. Alternativas às cirurgias plásticas convencionais, como os preenchedores faciais, tiveram crescente procura. Seus riscos, no entanto, podem ser graves quando, em busca de valores baixos, os pacientes recorrem até a produtos ilegais.

Nos últimos meses, o PMMA (polimetilmetacrilato) ganhou a mídia devido à repercussão de casos de complicações agudas associadas à sua aplicação. O preenchedor estético é um componente plástico que foi inicialmente liberado pelo Ministério da Saúde, em 2009, para casos específicos de pacientes com lipodistrofias secundárias aos efeitos adversos dos antirretrovirais utilizados no tratamento do HIV, e para as deformidades causadas pela poliomielite (paralisia infantil). No entanto, nos últimos anos, seu uso foi apresentado, de maneira ilegal, como uma alternativa mais barata e duradoura para outros materiais, como o ácido hialurônico, que é biocompatível. O uso indiscriminado e sem acompanhamento médico desencadeia diversas reações ao produto.

Segundo Marcelo Prado, cirurgião plástico e membro titular da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP), as regiões mais frequentemente acometidas são a face e os glúteos, justamente os locais onde a substância é mais utilizada para fins estéticos. “Um problema importante é que muitos pacientes nem sabem que receberam PMMA, pois o produto frequentemente foi divulgado

como ‘bioestimulador permanente de colágeno’, sem deixar claro que se tratava de polimetilmetacrilato”, afirma.

Por não ser reabsorvível — trata-se de um gel composto por microesferas —, a interação dos tecidos do corpo humano com o PMMA não permite que o produto seja retirado isoladamente. O material corre o risco de migrar pelo corpo e se deslocar para regiões onde pode evoluir para granulomas, necroses teciduais e infecções generalizadas. Além disso, não existem formas de garantir que o PMMA permaneça no local da aplicação, o que pode resultar em deformidades locais e assimetrias.

O caráter irreversível do procedimento pode gerar problemas tardios de tratamento complexo que podem progredir para deformações e sequelas permanentes. Nos casos em que os pacientes fizeram a aplicação, mas não sentem nenhum efeito colateral, Marcelo aconselha que haja um acompanhamento médico constante.

Nos últimos anos, casos de óbitos resultantes de procedimentos estéticos e seus impactos no corpo chocaram o país. O público jovem, principalmente mulheres, é suscetível a intervenções extremas para se enquadrar em um padrão. Segundo a pesquisa “Os riscos do polimetilmetacrilato: Revisão integrativa de 587 casos de complicações”, realizada em 2024, 64% dos óbitos mundiais, em decorrência do PMMA, aconteceram no Brasil. Os dados indicam que foram registradas, pelo menos, 375 fatalidades devido à aplicação do produto no país — isso sem contar as que não tiveram o PMMA incluído no atestado de óbito.

***Estagiária sob a supervisão de Sibele Negromonte**

Alerta

SUSPENSÃO E PROIBIÇÃO

■ Em maio, o Conselho Federal de Medicina (CFM) publicou uma nota pedindo a suspensão da produção e da venda de produtos à base de polimetilmetacrilato e a proibição do uso médico em todo o território brasileiro, seja com finalidade estética, seja reparadora. A resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), anterior à decisão do CFM, reforça a proibição do comércio do produto para o aumento de volume estético. Além disso, a aplicação só pode ser realizada por médicos e cirurgiões-dentistas habilitados, ao considerar que substâncias aplicáveis têm riscos inerentes e exigem domínio técnico e anatômico. Em nota, a Anvisa afirmou que, com base nas evidências disponíveis, “quando utilizado dentro das indicações aprovadas e sob condições adequadas de uso, o produto apresenta perfil de risco-benefício aceitável”. A reavaliação foi feita após a manifestação do CFM.

ATRATIVOS PERIGOSOS

■ Enquanto a aplicação do ácido hialurônico custa em torno de R\$ 2 mil em uma área, a de PMMA, na mesma região, vale cerca de R\$ 900. Além disso, suas propriedades químicas fazem com que ele não seja absorvido pelo corpo, ou seja, é permanente. As sequelas do polimetilmetacrilato, no entanto, também são para a vida toda.

COMPLICAÇÕES LOGO APÓS A APLICAÇÃO

■ Reações imediatas como edema (inchaço), eritema (manchas avermelhadas) e, em casos graves, oclusão vascular (bloqueio do fluxo sanguíneo) — o que pode causar necrose ou cegueira — são riscos inerentes ao procedimento. Mas as complicações de longo prazo são as que mais preocupam a comunidade médica.

